

## PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO DA SEXUALIDADE DA JUVENTUDE – INCURSÕES SOBRE O PROGRAMA VALE JUVENTUDE

Vilma Nonato de Brício

*Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba, briciovn@gmail.com*

### **Resumo**

Este texto traz um recorte da Tese de Doutorado em Educação que problematizou as Práticas de governamentalidade da sexualidade no Programa Vale Juventude. A partir de uma analítica genealógica inquirimos os documentos do referido Programa que tem como objetivo promover a “educação afetivo-sexual” de jovens dos territórios de abrangência da Empresa Vale mantenedora da Fundação Vale responsável pelo Programa. Indagamos as práticas de governamentalidade, as formas de controle individual e coletivo construídas no currículo do referido programa, uma vez este foi concebido por uma Fundação Privada em parceira com o Instituto Aliança e foi colocado em prática por professores de escolas públicas dos municípios das áreas de abrangência da Empresa Vale. Aqui destacamos alguns aspectos que justificaram a criação do Programa tendo como foco a sexualidade da juventude, pois tanto a sexualidade quanto a juventude se tornaram alvo de governamentalidades constituídas por diferentes instituições públicas ou privadas. A sexualidade é tratada como “negócio do social” que governamentalizada materializa preocupações na administração de aspectos biológicos da vida individual e coletiva dos jovens ligados à sexualidade. A privatização e a publicização da intimidade e da sexualidade da juventude são aspectos paradoxais que se constituem no Programa Vale Juventude ao atrelar a possibilidade de constituir “jovens produtivos” à “boa” administração de sua sexualidade. Sob a insígnia da formação, da prevenção, da proteção, da orientação, do cuidado as técnicas de governamentalidade articulam formas de controle e gestão da sexualidade dos jovens associados a questões econômicas, sociais, educacionais.

**Palavras-chave:** Sexualidade, juventude, governamentalidade, currículo.

### **Primeiras incursões: do tema aos operadores metodológicos**

A sexualidade da juventude tem sido alvo de inúmeros programas, planos, projetos, ações desenvolvidas por diferentes instituições e em diversos espaços-tempos que visam promover a sua “educação afetivo-sexual”, constituindo práticas de governamentalidade da sexualidade como elemento estratégico de controle da juventude na contemporaneidade, a partir da articulação dentre às mais variadas táticas entre o público e o privado.

Entre estes Programas, o Programa Vale Juventude (PVJ), analisado em Tese de Doutorado em Educação, trabalha com temática sexualidade da juventude. Nesta pesquisa, objetivamos “Analisar a produção da governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ)”, que tinha como finalidade “promover a “educação afetivo-sexual” de jovens dos territórios de abrangência da Empresa Vale”. Problematizar a construção de relações de saber-poder sobre sexualidade em Programas ou Projetos que tem como público alvo a juventude e sua educação e formação torna-se relevante à medida que precisamos incluir esse debate na educação e no currículo para lutar contra questões intoleráveis como o machismo, o sexismo, a

misoginia, a LGTfobia e do mesmo modo necessitamos “desconfiar” de projetos e programas que se colocam como “formadores” nessa temática, pois estes produzem diferentes efeitos a partir das formas de controle individual e coletivo da sexualidade e das práticas de resistências que engendram.

Apara analisar o Programa Vale Juventude empreendemos uma análise documental, na qual utilizamos algumas indicações metodológicas da genealogia de Michel Foucault a partir das quais inquirimos algumas práticas contemporâneas de governamentalidade construídas no currículo do referido programa. A governamentalidade nos foi útil pela sua dimensão metodológica e teórica que nos permitiu explorar os documentos em sua materialidade enunciativa (Cartilhas, Cadernos de Oficinas, Relatórios etc.) e nos jogos de saber-poder que constituem, assim como nos possibilitou problematizar as práticas de gestão da vida social, individual ou coletiva produzidas por tais jogos em múltiplos espaço-tempos na contemporaneidade. Para Foucault (2008, p. 476), “Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas”. Esses elementos se articulam nos modos contemporâneos de governamentalidade acionados pelo PVJ, que ao apresentar a população jovem como objeto de formação e controle, institui o “social” como estratégia de segurança e liberdade que se constituem no componente discursivo da economia neoliberal. Deleuze (2001, p. 02) afirma que o social se constitui como “um domínio híbrido, sobretudo nas relações entre o público e o privado”, como as constituídas no PVJ.

Para os limites deste texto, apresentamos apenas dois tópicos para discorrer sobre as parcerias público-privada na gestão de Programas Sociais como o PVJ e discutir alguns modos de operacionalização da gestão da sexualidade da juventude no PVJ.

### **Parcerias público-privada na gestão de Programas Sociais que pautam a sexualidade**

O Programa Vale Juventude foi criado em 2007 (e teve vigência até 2012) pela Fundação Vale da Empresa privada Vale em parceria com o Instituto Aliança e com a Martins Pereira Consultoria Educacional e foi desenvolvido em escolas públicas de 16 municípios nos Estados de abrangência da Vale, Espírito Santo, Pará e Minas Gerais. Construído a partir da parceria público-privado para “formar jovens”, o referido Programa trata a sexualidade e a própria juventude como “negócio do social”, em que as ações propostas são voltadas para a “reforma social e moral baseada na prevenção, contenção e assistência” (GARCIA, 2004, p. 12) aos indivíduos e às populações. O “social” se transforma em um “negócio” que passa a ser incorporado, controlado e gerenciado aos

moldes pautados por “imperativos mercadológicos” visando o aumento da lucratividade à medida que trabalha com as ideias de prevenção de riscos, de assistência, de segurança.

No Brasil, a ascensão do “social” se dá especialmente a partir da segunda metade do século XIX “[...] entendido tanto como campo de intervenção de biopoderes quanto como rede de práticas, saberes e instituições que formam como que um dispositivo biopolítico de segurança, responsável pela gestão, policiamento e regulamentação da vida das populações pobres” (GADELHA, 2013, p. 225). O campo “do social”, particularmente ligado às crianças, aos adolescentes e aos jovens se tornam objetos de governamentalização e gestão do social.

No século XX o campo do social se torna alvo preferencial de políticas para atingir os diferentes grupos populacionais, como crianças, adolescentes e jovens, mulheres, homens, trabalhadores etc. Tais políticas que antes firmavam parcerias entre Estado e instituições religiosas ou leigas fora do mercado, na contemporaneidade são firmadas entre Estado e empresas, por meio de suas ONGs e Fundações, sendo institucionalizadas a partir de premissas neoliberais.

Peroni (2012) analisa a lógica das parcerias público-privadas (PPP), como conexões criadas no contexto neoliberal, incorporado pela Terceira Via, o qual propõe o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerado parâmetro de eficiência. O modelo de parceria entre a Fundação Vale, o Instituto Aliança e a Martins Pereira Consultoria Educacional e as secretarias municipais de educação segue essa lógica mercadológica, em que os interesses econômicos se sobrepõem aos interesses formativos.

As Fundações constituem-se em um modelo de organização do Terceiro Setor e atuam na prestação de serviços à sociedade. De caráter público ou privado, as mesmas possuem suas próprias legislações e classificações e atuam na tentativa de privatizar e filantropizar o que antes era objeto de políticas públicas realizadas pelo Estado. Algumas Fundações, como a Fundação Vale, são vinculadas a grandes corporações econômicas internacionais. No âmbito jurídico, no Brasil, em estudo intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), foram identificadas mais de 500 mil instituições no Terceiro Setor (IBGE, 2004).

De um modo geral, a partir de uma perspectiva marxista esse modelo de parceria é criticado por ser gerencial (ALVES, 2015), pautada na “cultura de resultados” (POJO, 2014), burocrática (SOUSA, 2013), entre outros modos de interpretação.

Ao instituir um Programa direcionado aos jovens, a Fundação Vale coloca a juventude no centro das questões sociais transformando-a em alvo de investimentos por parte da Empresa Vale, da Fundação Vale e de outras instituições parceiras. Para a Empresa Vale os jovens serão seus futuros funcionários, pois “Pelo quinto ano consecutivo, a Vale foi apontada, em tradicional pesquisa na área de carreira, como uma das 10 primeiras empresas dos sonhos dos jovens entre 17 e 26 anos”<sup>1</sup>. Os jovens que “sonham” em fazer parte de seu quadro funcional são oriundos dos territórios onde a Vale atua, que em sua maioria são espaços marcados pela pobreza, desigualdades, exploração, miséria, devido os grandes impactos socioambientais causados pelos empreendimentos da empresa. Conforme Rodrigues (2012, p. 84), “Atualmente são os jovens pobres os maiores alvos das políticas tidas como públicas que atrelam o Estado, ONG’s e parcerias público-privadas, consideradas como ações de ‘caridade e solidariedade’ de empresas e pessoas mais abastadas financeiramente”.

Por causa dessa prospecção da Empresa Vale, a juventude passa a ser alvo de investimentos sociais, políticos, econômicos, educacionais para que o futuro da Empresa não seja ameaçado por jovens que não se enquadrem no perfil desejado de futuro “colaborador” e “parceiro” da empresa<sup>2</sup>. Como um grupo populacional com características e demandas sociais, educativas, políticas, econômicas, culturais próprias, a juventude torna-se alvo de um Programa específico: o Programa Vale Juventude (PVJ).

Enquanto população a ser governada, o PVJ dirige à juventude táticas e técnicas que visam geri-la, controlá-la para “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (FOUCAULT, 2006a, p. 289). Assim, as intervenções e controles se efetivam por meio de uma “arte de governo” que toma a população jovem como o “fim e instrumento de governo”, revelando-a como “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2006a, p. 289).

---

<sup>1</sup> Vale está mais uma vez entre as empresas dos sonhos dos jovens. <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-esta-mais-uma-vez-entre-empresas-sonhos-jovens.aspx>  
Acesso em 29/09/2014.

<sup>2</sup> Carrara (2010) enfatiza que na contemporaneidade estrategicamente as empresas passam a designar o trabalhador como “colaborador”, “parceiro” para ficar em sintonia com as novas necessidades de desenvolver valores e condutas condizentes com “uma democracia nas relações entre capital e trabalho” e ainda apaziguar as resistências.

Para desenvolver seu “trabalho formativo” direcionado a estes jovens no PVJ foi construído um conjunto de Documentos impressos e digitalizados para dar suporte aos profissionais para atuarem no Programa. Os Cadernos de Oficinas se constituem como documento central. O Caderno de Oficinas Educativas II endereçado aos jovens nos municípios do estado do Pará teve a participação de uma Equipe Responsável por sua elaboração e organização formada por profissionais do Instituto Aliança e de profissionais que participaram dos Encontros de Formação Continuada do Programa no estado do Pará, os quais são nominados na apresentação técnica do Caderno. No total participaram 107 profissionais, sendo: do Município de Abaetetuba participaram 19 profissionais, de Barcarena, 26, Marabá, 20, Parauapebas, 18 e Tomé-Açu 24 profissionais. Para a construção das Oficinas, os docentes passaram por uma formação técnico-docente oferecida pela Fundação Vale e Instituto Aliança, para posteriormente participarem do exercício de construção de oficinas. Os Documentos do Programa, entre eles, os Cadernos de Oficinas e os Cadernos de Leituras Complementares. Os textos elaborados pelo PVJ se destacam pela organização técnica-instrumental das atividades propostas, com todas as etapas muito bem definidas e pela metodologia pautada no trabalho em grupo em que os jovens são “treinados” a “aprender a aprender” e a desenvolver a “formação entre pares”.

### **A gestão da sexualidade da juventude no Programa Vale Juventude**

Colocada na “ordem do discurso”, a sexualidade se transforma em preocupação de instituições públicas e privadas que investem na Juventude. A sexualidade constitui na atualidade paradoxos presentes no dispositivo que a constitui: o encontro entre o virtual e o real, o público e o privado, a interioridade e a exterioridade, o conhecido e o desconhecido. Tais questões põem em movimento os modos como o dispositivo de sexualidade põe em funcionamento práticas de governamentalidade da sexualidade.

As formas pelas quais a sexualidade se constitui na atualidade, “bem como seus efeitos para as esferas da existência individual e da vivência coletiva, impõem-se, por isso mesmo, como campos de investigação dos quais as ciências da cultura, as ciências da vida e a filosofia não podem passar ao largo” (FONSECA, 2009, p. 07). Essa inegável centralidade da sexualidade na existência dos sujeitos possibilita que instituições como a Empresa Vale e a Fundação Vale e instituições parceiras atuem como “agentes sociais” que produzem estratégias formativas da ordem de uma governamentalidade da juventude. O PVJ tem como principal eixo de atuação o trabalho de *educação afetivo-sexual*. Desse modo, a primeira questão que nos inquietou nesse eixo foi: O que

fez como que uma empresa privada, por meio de sua fundação corporativa, se preocupasse com a *educação afetivo-sexual* da juventude e que relações de saber-poder a empresa construíram para trabalhar tal questão?

A primeira linha analítica que traçamos liga a sexualidade como dispositivo histórico de saber-poder (FOUCAULT, 2005a), à economia e à sociedade, relação que Rago (2006) aponta ao analisar a “sexualidade e identidade na historiografia brasileira”<sup>3</sup>. Foucault (2005a), ao pensar a sexualidade como um “dispositivo histórico” e não um “referente biológico”, em suas estratégias de regulamentação da população, o articulam à governamentalidade neoliberal, à naturalização das práticas de governo e ao empresariamento da sociedade (FOUCAULT, 2008), aos dispositivos de segurança, à polícia discursiva e ao racismo de Estado (FOUCAULT, 2010d). Como dispositivo histórico, a sexualidade se refere “à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder” (p.116-117). Essas estratégias de saber-poder põem a sexualidade “exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” biopolítica (FOUCAULT, 2005b, p. 300).

A se localizar no cruzamento da vida do corpo (alvo do poder disciplinar) e da vida da espécie (alvo de biopolíticas) a sexualidade se torna alvo de uma “educação sexual”, pois como ressalta Adverse (2010, p. 19), ao analisar o processo de redimensionamento da política, “uma série de elementos que antes permaneciam fora da política, ou nela eram incluídos de modo acidental, (a vida familiar, a sexualidade, a higiene pública, etc.), agora são considerados problemas de ordem pública”, o que exige “uma tecnologia que permita colocá-los sob controle: os mais diversos níveis da existência humana se tornam politicamente relevantes” (ADVERSE, 2010, p. 19). Ao se tornar uma questão pública, a sexualidade, as experiências afetivas e sexuais muito particulares, passam a ser controladas e geridas pelo que vários programas e projetos chamam de *educação afetivo-sexual*.

Os regimes de saber-poder que constituem o dispositivo de sexualidade no PVJ investem sobre a vida dos indivíduos, tanto na perspectiva de constituir uma anátomo-política do corpo humano, com práticas individualizantes que visam a disciplina do corpo na escola e em outros espaços fechados e sobre a vida da população juvenil, exercendo uma biopolítica, ao produzir regulações ao nível do corpo-espécie, pelo caráter biológico-especificante da juventude como grupo

---

<sup>3</sup> Para Rago (2006, p. 28), Caio Prado Jr, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), já apontava “a sexualidade está na base da economia e da sociedade, já que é da fusão sexual produzida pela mistura das raças que nasce o povo brasileiro”.

populacional governamentalizável (FOUCAULT, 2005a), visando transformar os jovens em população governável, regulamentável, calculável e em indivíduos a serem disciplinados ao nível do corpo, visando a mudança de comportamento de cada jovem.

Nos recortes documentais abaixo, destaco alguns enunciados que evidenciam a preocupação com a juventude em termos populacionais:

Desenvolvido em 16 cidades do Espírito Santo, Pará e Minas Gerais. A parceria da Fundação Vale com o Instituto Aliança, a Martins Pereira Consultoria Educacional, prefeituras e ONGs locais possibilitou, em 2012, que o programa beneficiasse 2.898 profissionais e 48.877 jovens das cidades de Vitória (ES); Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas (área urbana e área rural – Vilas Sanção e Paulo Fonteles) (PA); Barão de Cocais, Belo Vale, Brumadinho, Catas Altas, Congonhas, Governador Valadares, Itabira, Ouro Preto, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo (MG) (RELATÓRIO DE ATIVIDADE, FUNDAÇÃO VALE, 2012, p. 15).

De 2007 a agosto de 2010, o Vale Juventude formou 585 profissionais de 134 instituições locais entre Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente e ONG locais. Esses profissionais já realizaram ações e oficinas sobre os temas do programa atendendo outros 4.488 profissionais e 12.949 adolescentes e jovens<sup>4</sup>.

As ações sistemáticas sobre adolescência e sexualidade, elaboração de projetos de vida, prevenção ao uso indevido de drogas, prevenção a gravidez não planejada, entre outras, fizeram os adolescentes/jovens sentirem-se mais preparados para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e para o exercício da cidadania, segundo *depoimentos* deles próprios (RELATÓRIO ANUAL, INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 13).

As estratégias do PVJ se expandem do investimento na sexualidade da juventude como grupo populacional (coletivo) e na sexualidade da juventude em sua individualidade: prevenção e cuidados em relação à gravidez na adolescência ou não planejada, drogas, DSTs, AIDS e a “preocupação” com o controle individual do corpo, recorrendo a entrevistas, exames que utilizam “técnicas da vigilância e da sanção normalizadora” para investigar as minúcias da sexualidade de cada um.

Essas estratégias do PVJ se assemelham às estratégias de outros programas e projetos de fundações, ONGs e outras instituições que realizam um superinvestimento na *educação afetivo-sexual* da juventude, articulando as dimensões “da governamentalidade [...] compreendido tanto como o conjunto das instituições, procedimentos, cálculos quanto um tipo de poder governamental, com seus aparelhos e saberes que investem sobre a dimensão da população” (SOUZA, 2011, p.

---

<sup>4</sup> Fundação Vale: Conquistas. [www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/conquistas/paginas/default.aspx](http://www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/conquistas/paginas/default.aspx)  
Acesso em 28/06/2013.

212). A dimensão *afetivo-sexual* é inserida pelo PVJ em um arranjo econômico para que a educação/formação dos jovens seja economicamente vantajosa e politicamente útil para a empresa Vale, a Fundação Vale, o Instituto Aliança, as Prefeituras e suas secretarias e demais órgãos parceiros no desenvolvimento do Programa, pois a governamentalidade desbloqueou a noção de população e de economia como governo, articulando-as.

No PVJ as relações de forças em torno da sexualidade se constituem entre a Fundação Vale, o Instituto Aliança e as instituições parceiras: escolas, as unidades de saúde e de assistência social e os sujeitos envolvidos no Programa. Ao participar de uma luta social em torno da definição do que conta como “verdadeiro” para promover a, cujas características descritas por Foucault (2006, p. 12) podem ser localizadas no Programa:

1. Para promover a *educação afetivo-sexual* dos jovens “a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem” (FOUCAULT, 2006, p. 12), tais como a Fundação Vale, o Instituto Aliança, as Secretarias de Educação, de Saúde e de Assistência Social, os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente e ONG locais. No panorama histórico das parcerias público-privado, podemos afirmar que há uma convergência de múltiplos “discursos normativos” que engendram saberes sobre a sexualidade da juventude no PVJ, sobretudo aqueles do campo da saúde, da educação, da assistência social e do direito. A *educação afetivo-sexual* no entrecruzamento desses discursos e saberes posiciona a sexualidade na “política geral da verdade”, produzindo “efeitos de verdades”, que são assimilados ou resistidos nos complexos jogos de poder que se estabelecem na experiência do PVJ.

2. A *educação afetivo-sexual* dos jovens no PVJ “Está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político)” (FOUCAULT, 2006, p. 12), uma vez que a justificativa do Programa para investir na juventude se fundamenta em princípios da sociedade neoliberal ao destacar como objetivo: “O Programa Vale Juventude tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens entre 10 e 20 anos, como sujeitos de direito” (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 10). Ao articular verdade, política e economia na formação de jovens sobre as questões de *educação afetivo-sexual* no PVJ, esta é alçada ao domínio público e social, projetando nela as possibilidades de protagonismo social da juventude.

3. A *educação afetivo-sexual* produz um “efeito de verdade” ao ser “objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações



rigorosas)” (FOUCAULT, 2006, p. 12): Para participar da “economia política” de verdade sobre juventude e sexualidade, o PVJ é desenvolvido nos territórios de atuação da Vale como ações articuladas, sobretudo nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O Programa Vale Juventude (PVJ) Pará tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens entre 10 e 20 anos, enquanto sujeitos de direitos. É fruto de uma parceria da Fundação Vale do Rio Doce, com 04 Prefeituras no Estado do Pará: Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas e Tomé Açu. Participam também Organizações Não Governamentais locais, além dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 12).

Essa abrangência do PVJ busca apresentar uma verdade sobre *educação afetivo-sexual* para ser consumida de várias formas e ser propagada pelas instituições que compõem as parcerias público-privadas.

4. O “efeito de verdade” engendrado no PVJ pela *educação afetivo-sexual* “É produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação)”: O PVJ é um dos Programas mantidos pela Empresa Vale e pela Fundação Vale em parceria com o Instituto Aliança e outras instituições. As instituições envolvidas na efetivação do PVJ difundem todas as informações e resultados sobre o Programa, utilizando-se ainda da mídia hegemônica para divulgar os “efeitos de verdades” produzidos pelo programa, que são apresentados após serem selecionados, recortados, controlados para tal. Os materiais produzidos pelo programa, os relatórios, os documentos são cuidadosamente produzidos pelas instituições parceiras para que a *educação afetivo-sexual* proposta pelo PVJ produza discursos que sejam acolhidos como verdadeiros, que nos jogos de poder como outros discursos e saberes sejam sancionados como verdadeiros.

5. A *educação afetivo-sexual* ao participar de uma “economia política de verdade” “é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)”, pois o PVJ entra no embate político e social para se impor como um Programa que produz “verdades” sobre a sexualidade da juventude. Nesse confronto, a sexualidade ao integrar a “economia política da verdade” é produzida a partir de práticas de saber e relações de poder que constituem o PVJ e engendram práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude.

A governamentalidade [...] se tornou o terreno comum de todas as nossas formas modernas de racionalidade política, na medida em que elas constroem as tarefas dos governantes em termos de supervisão e maximização calculadas das forças da sociedade. A governamentalidade é o ‘conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas, que permitem o

exercício dessa forma muito específica, embora complexa, de poder e que tem como seu alvo a população’ (ROSE, 1999, pp. 35-36).

Na governamentalidade, o debate político e o confronto social em relação à sexualidade da juventude emergem entre os diferentes discursos e saberes sobre a sexualidade que se choca com aqueles produzidos pelos materiais produzidos pelo PVJ e passam a serem geridas por estratégias, táticas na confluência público-privada para racionalizar práticas de governo, tendo como alvo os jovens, conduzindo à questão do governo da juventude em sua relação entre segurança, população e governo (FOUCAULT, 2006).

Como “a governamentalidade refere-se às deliberações, às estratégias, às táticas, aos dispositivos de cálculo e de supervisão empregues pelas autoridades no sentido de *governar sempre sem governar*” (RAMOS DO Ó, 2009, p. 113 - grifos do autor), o PVJ ao colocar a sexualidade na “economia política de verdade” na atualidade, constitui, intensifica, repagina, (re) programa novas práticas de governo da sexualidade da juventude no âmbito no neoliberalismo brasileiro. Mesmo que as políticas educacionais sejam pautadas no neoliberalismo, a educação brasileira ainda é marcada por nuances liberais, patrimonialistas, coronelistas que incidem nas estratégias de controle, regulação dos comportamentos dos indivíduos e grupos.

A sexualidade dos jovens é submetida a “procedimentos de gestão governamental” por meio de parceria público-privada tanto no planejamento, elaboração, desenvolvimento e avaliação das Oficinas Educativas do Programa Vale Juventude, mas também a sexualidade é dimensionada paradoxalmente no cruzamento público-privado, sobretudo articulada à questão da “sexualidade saudável”, que precisa ser exposta para ser “confiável”, deve desviar dos “riscos” e assumir a “segurança” como pressuposto da experiência sexual.

O comportamento do meu namorado mudou depois da oficina. Hoje, ele já entende minha preocupação com a camisinha. Na próxima, eu quero participar (jovem) (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 12).

Essa formação mostrou que é possível “olhar” diferente para o adolescente e para nós mesmos. Não só para a sexualidade, mas para a vida, buscando qualidade em todos os aspectos (Enfermeiro do Programa Saúde da Família, Parauapebas, PA) (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 14).

Resultados qualitativos: Aumento na oferta de orientação e de método contraceptivos nas unidades e programas de saúde nos municípios de Marabá e Parauapebas (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 12).

Nas práticas pedagógico-curriculares do Programa Vale Juventude, os sujeitos situam-se em posições de sujeitos confessantes de sua sexualidade, de seu protagonismo, acentuando a preocupação com a “prevenção/controlado de riscos”, item no qual o Programa Vale Juventude é incluído nos relatórios de sustentabilidade da empresa Vale<sup>5</sup>. Os depoimentos mostram que há uma preocupação maior em controlar, corrigir e adequar os comportamentos dos jovens que problematizar as tensões, as injustiças, os moralismos, as explorações, a falta de acesso aos serviços na sociedade da qual fazem parte.

Por meio de um duplo investimento na sexualidade da juventude, através de técnicas de poder individualizantes e biopolíticos, o Programa Vale Juventude promove uma *educação afetivo-sexual* seguindo Marcos de Referências das políticas para a juventude e educação sexual, mas negligenciando os problemas sociais, econômicos, ambientais, de saúde e educação causados pelas operações da mineradora Vale nos territórios em que atua.

O Programa Vale Juventude se pauta em uma concepção de sexualidade, que governamentalizada por meio de “dispositivos de segurança” e “técnicas de regulamentação”, tem na saúde sua ancoragem principal buscando prevenir “riscos” e controlar vulnerabilidades e, na convivência, o princípio formativo do currículo proposto por meio de Oficinas Educativas. A sexualidade no Programa Vale Juventude não é pensada como experiência que constitui os sujeitos, em suas dimensões ética, estética e política, para que seja possível pensar e estar no mundo de outro modo.

## **Considerações finais**

A sexualidade da juventude ao ser tratada como “negócio do social” no Programa Vale Juventude materializa preocupações na gestão de aspectos vida individual e coletiva dos jovens, de modo que se constitui uma privatização e a publicização da intimidade e da sexualidade da juventude, para “formar” “jovens produtivos” adequados ao modelo de mercado atual.

No Programa Vale Juventude a sexualidade é objetivada como elemento constitutivo do capital humano que cada jovem deve construir. Desse modo, o jovem precisa investir em sua formação, entre elas a educação sexual para melhor gerir sua sexualidade, tendo “cuidado” para não contrair AIDS, DSTs, engravidar precocemente... e atrapalhar a constituição de capital humano necessário para ser um “bom trabalhador”. A vida dos jovens e suas experiências são capitalizadas

---

<sup>5</sup> Trata-se dos Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011.

no dispositivo de sexualidade em práticas de saber e relações de poder múltiplas, mas não irreduzíveis às resistências. É preciso deixar claro que na governamentalidade, na gestão das condutas, não há só capturas, pois onde há relações de poder, há fugas, movimentos de resistências e contracondutas, há confrontos entre as táticas de governo (FOUCAULT, 2006). É nesse jogo produtivo de fabricação de regimes de verdade sobre a *educação afetivo-sexual* da juventude que se constitui a gestão do dispositivo da sexualidade da juventude no PVJ.

## Referências

ADVERSE, Helton. Para uma Crítica da Razão Política: Foucault e a Governamentalidade. **Revista Estudos Filosóficos**, nº 4, 2010.

DELEUZE, Gilles. Prefácio: A ascensão do social. In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FONSECA, Márcio Alves da. Corpo, sexualidade, gênero e biopolítica. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, SILVA, Méri Rosane Santos da, GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

GARCIA, Joana. **O Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. **Revista Aulas**, N. 2, outubro/novembro 2006.

RAMOS DO Ó, Jorge. A governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 97-117 maio/ago. 2009.

ROSE, Nicolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30 - 45.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma analítica da modernidade. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.